



Simulado Final

TJDFT

**Cargos: Analista Judiciário, Área Judiciária: Sem Especialidade
e Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Final TJDFT – Analista Judiciário, Área Judiciária Sem Especialidade e Oficial de Justiça Avaliador Federal – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJDFT;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Cebraspe.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Oficial-de-Justica-21-05>

01 – A B C D E	31 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E
12 – A B C D E	42 – A B C D E
13 – A B C D E	43 – A B C D E
14 – A B C D E	44 – A B C D E
15 – A B C D E	45 – A B C D E
16 – A B C D E	46 – A B C D E
17 – A B C D E	47 – A B C D E
18 – A B C D E	48 – A B C D E
19 – A B C D E	49 – A B C D E
20 – A B C D E	50 – A B C D E
21 – A B C D E	51 – A B C D E
22 – A B C D E	52 – A B C D E
23 – A B C D E	53 – A B C D E
24 – A B C D E	54 – A B C D E
25 – A B C D E	55 – A B C D E
26 – A B C D E	56 – A B C D E
27 – A B C D E	57 – A B C D E
28 – A B C D E	58 – A B C D E
29 – A B C D E	59 – A B C D E
30 – A B C D E	60 – A B C D E

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo / Luiz Felipe

01. Dentre os trechos abaixo, o único que apresenta um modo de organização discursiva distinto é:

- a) *Antigamente, antes de as cidades se formarem, a água entrava toda na terra. Quando o homem começou a tirar a vegetação e construir casas nas margens dos rios, as enchentes viraram um problemão.*
- b) *Era este nobre senhor alto, magro, de cinquenta e poucos anos, queixo pontiagudo, cabelo grisalho desgrenhado e certo ar de loucura no olhar. De sobrenome Quixada ou Quesada, embora não rico, era muito conhecido pelos lavradores e tinha fala de boa pessoa entre os moradores da comunidade em que vivia.*
- c) *Nascida em Salvador, Irmã Dulce, que ficou conhecida como "anjo bom da Bahia", teve uma trajetória de fé e obstinação na qual enfrentou as rígidas regras de enclausuramento da igreja para prestar assistência a comunidades pobres da cidade, trabalho que realizou até a morte.*
- d) *Já que a situação não é tão legal quando o prejudicado é você, então antes de escrever por impulso, pense um pouco, veja se não vai ofender ninguém, pois alguém pode um dia se deparar com alguma coisa que você escreveu e não gostar, daí o problema começa. E lembre-se: por mais que você pense que não é monitorado, isso não é verdade, na internet tudo é rastreado sim, então não abuse e aja com ética e respeito!*
- e) *Começo a trabalhar online, o que já costumo fazer. Revisões e orientações, álcool em gel, lavar as mãos com sabão, relato do trabalho que realizara em março, álcool em gel, lavar as mãos com sabão. Telefonemas e mensagens de Whatsapp. Álcool em gel, lavar as mãos com sabão, noticiários na TV, séries e filmes na Netflix, sarau literário por google meet, como é bom rever o grupo! Mais disciplinado do que nunca por conta do encontro virtual, ninguém fala ao mesmo tempo. Que vírus danado!*

02. Leia o texto a seguir:

Uma ética de mão dupla

“Desde que a lei de combate à corrupção entrou em vigor, no começo do ano, o especialista em Direito Público Fábio Medina Osório mergulhou em sua análise. Ex-promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul, doutor em Direito Administrativo e presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado (Iiede), Medina vê na lei que impõe severas sanções aos corruptores o início do que pode ser uma profunda mudança de costumes – dos maus costumes. Mas alerta: não adianta tentar punir apenas o empresário.”

Assinale a alternativa que indica a principal intenção do texto.

- a) discorrer sobre as implicações da lei de combate à corrupção.
- b) trazer a opinião de um especialista
- c) descrever a lei anticorrupção.
- d) reforçar a importância da lei que entrou em vigor
- e) apresentar o especialista em Direito Público.

03. A partir de “Há pessoas que choram por saber que as rosas têm espinho. Há outras que sorriem por saber que os espinhos têm rosas!”, pode-se inferir que

- a) enquanto houver felicidade, sempre haverá tristezas
- b) algumas pessoas não gostam das rosas
- c) devemos estar atentos aos perigos das coisas que são belas
- d) a perspectiva adotada regula a vida
- e) algumas pessoas não entendem de flores.

04. "Destinada àqueles que sofreram com os recentes desastres naturais, a ajuda humanitária chegou de helicóptero à região". Nessa frase, há dois casos de emprego correto do acento grave indicativo de crase. Assinale a opção que indica a frase em que esse acento está empregado incorretamente.

- a) Quando perceberam a movimentação, os jornalistas saíram às pressas.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) O voto partidário estava relacionado à decisões pessoais.

d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.

e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

05. Todas as frases abaixo mostram linguagem figurada; a que mostra uma expansão da figura inicial, com o emprego de outra expressão figurada, é:

a) A esperança é como um vento: sopra o barco em direção ao norte.

b) A esperança é uma luz no fim do túnel.

c) A esperança é o instrumento que move a vida, um trampolim para alcançar o inalcançável.

d) A esperança é o bem que todos admiram, mas que poucos possuem.

e) A esperança é uma fábrica com alta produtividade e com poucos funcionários.

06. A pergunta mais adequada para "João voltará da Europa em setembro" é

a) Quem voltará da Europa em setembro?

b) Quando João chegará?

c) Quando João voltará da Europa?

d) João não estará presente em setembro?

e) João voltará de onde em setembro?

07. O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior. A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

a) Fez o pedido, recebendo a encomenda no final do dia.

b) Ana entrou no banco, sentando-se em frente aos caixas.

c) Caiu na saída do espetáculo, machucando os dois joelhos.

d) Lançou-se aos seus pés, pedindo outra chance.

e) Conversavam entre amigos, bebendo o clássico vinho.

08. A única frase abaixo expressa em linguagem denotativa ou lógica é:

a) Lutamos todos os dias para que o amanhã exista.

b) Escrevia cartas enquanto ouvia as canções de seus artistas prediletos.

c) O poeta é um domador de palavras e sentidos.

d) A bondade de seu coração comunicou-nos que era um rapaz confiável.

e) A educação libertou-me da ignorância e do medo.

09. A frase abaixo que NÃO se estrutura com base numa oposição é:

a) A desigualdade entre os povos não está em sua completude materializada.

b) A perda ensina a valorizar o que se ganha.

c) Quando a luz toca o chão, a escuridão da noite completa sua despedida.

d) O inocente se desprende de suas amarras; caminha por vias tortuosas o culpado.

e) Segue as lições do professor o aluno consciente.

10. Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

a) Os professores disseram aos alunos que poderiam escolher uma outra avaliação.

b) Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.

c) Entraram no site e compraram um computador rápido.

d) Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.

e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Emerson Bruno

11. Conforme previsto na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal, marque a afirmativa incorreta.

a) A Justiça de Primeiro Grau do Distrito Federal está dividida em comarcas e circunscrições judiciárias.

b) A Justiça Militar do DF será composta de 1 (uma) Auditoria e dos Conselhos de Justiça, com jurisdição em todo o Distrito Federal.

- c) O Conselho Permanente de Justiça compor-se-á de 4 (quatro) Juízes Militares, escolhidos dentre os oficiais da ativa, e do Juiz-Auditor.
- d) O Conselho Especial de Justiça Militar será composto por 4 (quatro) Juízes Militares, de patente igual ou superior à do acusado, e do Juiz-Auditor.
- e) A Justiça Militar do Distrito Federal será exercida pelo Tribunal de Justiça em segundo grau, pelo Juiz Auditor e pelos Conselhos de Justiça.

12. De acordo com a Lei 11.697/2008, a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios NÃO possui como órgão:

- a) os Tribunais do Júri.
- b) a Auditoria e o Conselho de Justiça Militar.
- c) o Conselho Especial.
- d) o Tribunal de Justiça Militar do Distrito Federal e Territórios.
- e) o Conselho da Magistratura.

13. Conforme previsto no Regimento Interno do TJDFT, a Primeira Câmara Cível do Tribunal é composta:

- a) pela 1ª, 2ª e 3ª Turmas Cíveis, com 12 Desembargadores ao todo.
- b) pela 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Turmas Cíveis, com 16 Desembargadores ao todo.
- c) pela 2ª, 4ª, 6ª e 8ª Turmas Cíveis, com 16 Desembargadores ao todo.
- d) pela 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas Cíveis, com 16 Desembargadores ao todo.
- e) pela 1ª e 3ª Turmas Cíveis, com 08 Desembargadores ao todo.

14. Conforme disposto na Constituição da República e no Regimento Interno do TJDFT, reduzir a lista sêxtupla para tríplice nas indicações do quinto constitucional ao Tribunal é uma competência.

- a) do Conselho Especial do Tribunal.
- b) do Tribunal Pleno.
- c) da Câmara de Uniformização.
- d) do Órgão Especial do Tribunal.
- e) do Conselho da Magistratura.

15. Sobre a Ética no TJDFT, são princípios e valores éticos a serem observados no exercício de cargo ou função, EXCETO:

- a) empatia.
- b) inclusão.
- c) sustentabilidade.
- d) parcialidade.
- e) sigilo profissional.

PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA E PROVIMENTO JUDICIAL APLICADA AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Tiago Zanolla

16. Segundo o Provimento geral da corregedoria aplicado aos juízes e ofícios judiciais, é aplicada fita adesiva estreita e colorida, na horizontal, no canto esquerdo e inferior da capa dos autos, atravessando a sua lombada, de modo a ser notada sob qualquer ângulo para destaque de informações relevantes para o processo.

Na hipótese de prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, deverá ser aplicada etiqueta.

- a) verde.
- b) azul
- c) branca
- d) roxa
- e) vermelha

17. Segundo o Provimento geral da corregedoria aplicado aos juízes e ofícios judiciais, assinale a opção correta acerca da escrituração dos autos e atos judiciais.

- a) os autos não excederão a 300 folhas por volume, permitido o acréscimo ou redução para evitar a cisão de peças processuais
- b) O encerramento e a abertura de cada volume serão certificados em folhas suplementares regularmente numeradas
- c) As folhas dos autos serão numeradas manual ou eletronicamente no canto superior direito, iniciando-se a contagem a partir da capa, sem, contudo, numerá-la.
- d) Caso seja constatado erro material na numeração de folhas, no caso de duplicidade de números, todos os números repetidos serão acrescidos de números romanos;

e) As certidões serão expedidas sem rasuras e com inutilização dos espaços não aproveitados, no prazo máximo de 24 horas.

18. Segundo o provimento judicial aplicado ao processo judicial eletrônico, assinale a opção correta acerca das inspeções e correições

- a) A Inspeção ordinária, realizada pelo Juiz ou Escrivão, é realizada entre os meses de janeiro e junho.
- b) A inspeção extraordinária é realizada pelo Juiz de Direito, entre os meses de Julho e Dezembro
- c) A inspeção especial deve ser realizada pelo magistrado em até 30 dias do início do exercício.
- d) A Correição Ordinária é realizada pelo Corregedor-Geral, podendo ser delegada aos Juízes Assistentes da Corregedoria.
- e) A Correição Extraordinária é realizável exclusivamente pelo Corregedora-Geral.

19. Segundo o provimento judicial aplicado ao processo judicial eletrônico, considera-se como data da publicação

- a) 24 horas após a vinculação
- b) 48 horas após o início do prazo
- c) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.
- d) o primeiro dia seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.
- e) 24 horas seguintes ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

20. Segundo o provimento judicial aplicado ao processo judicial eletrônico, os documentos cuja digitalização ou conversão para o formato devido seja tecnicamente inviável, devido ao grande volume, por motivo de ilegibilidade (como papeis antigos ou escritos desgastados), em razão do meio em que originalmente produzidos (como mídias, mapas, plantas, radiografias e assemelhados) ou por que devam ser entregues no original, serão apresentados à secretaria do juízo, contados do protocolo de petição eletrônica, no prazo de

- a) 24 horas
- b) 48 horas

- c) 5 dias
- d) 10 dias
- e) 30 dias

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. O artigo 125, § 3º, da CF/88, dispõe que “lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.” Essa norma constitucional, conforme doutrina clássica, é de eficácia

- a) limitada, declaratória de princípio institutivo.
- b) contida e aplicabilidade diferida.
- c) limitada, declaratória de princípio programático.
- d) contida e aplicabilidade imediata.
- e) plena e aplicabilidade direta e imediata.

22. O Estado de Goiás, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou as condições de isenção de IPVA. O Governador, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O Governador de Goiás tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao Governador, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O Governador está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo Governador quanto pelos deputados estaduais.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o Governador deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei estadual é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo Governador e sim porque norma geral

em matéria tributária é assunto da competência da União.

23. A respeito das Súmulas Vinculantes e do controle de constitucionalidade, aponte a alternativa correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.
- b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser utilizada para combater Súmula Vinculante que contém ofensa direta ao texto da Lei Maior.
- e) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que autoriza a suspensão do processo.

24. O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.
- b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.
- c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.
- d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos

presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

- e) O artigo 29, *caput*, da Lei 7.210/1984 é contrário ao disposto no artigo 7º, IV, da CF/88, motivo pelo qual é inconstitucional e deverá ser expurgado do ordenamento jurídico. Para combater essa violação a Constituição Federal será cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

25. A respeito da segurança pública, consoante redação da Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

- a) É inconstitucional a vedação legal de porte de arma de fogo aos guardas municipais de municípios com menos de quinhentos mil habitantes.
- b) Guardas civis municipais, diferente dos policiais civis, federais e rodoviários, não têm direito à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco.
- c) Os servidores policiais integrantes das polícias civis serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, o teto constitucional.
- d) A polícia federal é órgão permanente instituído por lei para, dentre outras atribuições, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- e) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, exercem com exclusividade, no âmbito do Estado-membro, as funções de polícia judiciária, cabendo-lhes, ainda, a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

26. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que umbandistas não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, porque não são tementes a Deus e podem trazer desgraça para o país, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) A instauração de inquérito e de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.
- 27.** O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.
- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

- 28.** João exercia o mandato eletivo de Prefeito Municipal quando cometeu ato de improbidade administrativa, ao causar lesão ao erário de forma dolosa. Após as apurações, também ficou comprovada a participação da sociedade empresária Beta, que induziu o Prefeito a cometer o ato. Após o término do mandato, João foi aprovado em concurso público para desempenhar cargo de provimento efetivo, para o qual foi nomeado antes de a ação de improbidade transitar em julgado.
- Sobre esse caso, pode-se afirmar que:
- a) caso João seja condenado à perda da função pública, ele perderá o cargo público efetivo, uma vez que a expressão “função pública” tem natureza genérica, para os fins da Lei de Improbidade Administrativa.
- b) caso a sociedade empresária Beta seja penalizada com a sanção de proibição de contratação com o poder público, os efeitos da penalidade alcançarão apenas o ente público lesado pelo ato de improbidade, em qualquer caso.
- c) os efeitos da penalidade de proibição de contratação com o poder público aplicam-se, em regra, a todos os entes da Federação, mesmo quando a infração for cometida contraente municipal, uma vez que a penalidade é aplicada pelo Poder Judiciário.
- d) todas as sanções decorrentes do ato de improbidade somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) no caso, o magistrado responsável pelo processo poderá estender os efeitos da perda da função pública para todos os vínculos funcionais de João, em caráter excepcional, considerando as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.
- 29.** João é o responsável pela condução dos procedimentos licitatórios na autarquia Delta e planejava contratar profissional para a elaboração de estudos técnicos para fins de planejamento de obras a serem realizadas nos anos subsequentes. Nos estudos preliminares, o orçamento para a contratação do projeto ficou estimado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e notou-se que diferentes profissionais poderiam prestar o serviço. Alguns meses depois, os órgãos de controle realizaram auditoria na autarquia Delta, concluindo que o procedimento de contratação

foi correto, pois atendeu ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse caso, pode-se dizer que a solução adotada por João foi lícita se:

- a) adotada mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que o Tribunal de Contas da União entende que a elaboração de projetos guarda singularidade entre os diferentes profissionais, motivo pelo qual a realização de procedimento competitivo será sempre inviável.
- b) adotada a modalidade concorrência, em virtude do valor estimado da contratação, já que a hipótese extrapola o limite legal para a dispensa de licitação ou para a utilização das demais modalidades de licitação definidas na Lei nº 14.133/2021.
- c) adotada a modalidade pregão, pelo critério de técnica e preço, dada a natureza comum do serviço de elaboração de projetos, hipótese em que a referida modalidade de licitação se torna obrigatória.
- d) a licitação seguiu a modalidade concurso, pelo critério de julgamento de técnica e preço, com adoção da ponderação entre as propostas de técnica e de preço apresentadas pelos interessados.
- e) o critério de julgamento foi o de técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica, ou de melhor técnica.

30. Jorge ingressou no serviço público em órgão do Poder Judiciário federal em agosto de 1980, exercendo a atividade estatal desde então, sem nunca ter deixado o cargo que ocupava.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, Jorge foi beneficiado pela estabilidade, a despeito de nunca ter prestado concurso público. Perto de sua aposentadoria, Jorge requereu o seu reenquadramento em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, aprovado recentemente, mas o pedido foi indeferido pela Administração. Irresignado, Jorge procurou assistência jurídica, ingressando com ação judicial para obter o seu direito.

Ana, por sua vez, ingressou em novo cargo público em janeiro de 2006, após aprovação em concurso público. Em fevereiro de 2016, Ana requereu a sua aposentadoria, mas o pedido foi negado, uma vez que ela foi promovida à classe distinta na carreira, mesmo atendendo aos demais requisitos legais. Segundo o

setor de pessoal, ela não havia preenchido o requisito de no mínimo cinco anos no cargo efetivo em que se daria aposentadoria, exigido pela Constituição Federal na época do pedido, uma vez que a sua última promoção foi concedida em janeiro de 2015. Após recorrer na via administrativa, a Administração deferiu o ato de aposentação de Ana, em junho de 2016, e encaminhou o processo, alguns meses depois, ao Tribunal de Contas da União – TCU, cujo recebimento na Corte de Contas ocorreu em janeiro de 2017. Em agosto de 2021, o TCU negou o registro da aposentadoria de Ana, sem conceder contraditório e ampla defesa, alegando o mesmo motivo do indeferimento inicial na via administrativa.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobre as situações hipotéticas acima, pode-se afirmar corretamente que: a) A decisão do Tribunal de Contas da União, sobre o caso de Ana, foi inadequada, pois a promoção por acesso de servidor a classe distinta na carreira não representa ascensão a cargo diverso daquele em que já estava efetivado, de modo que, para fins de aposentadoria, o prazo mínimo de cinco anos no cargo efetivo, exigido pela Constituição na época dos fatos, não recomeça a contar pela alteração de classe.

- b) O Tribunal de Contas da União não poderia mais apreciar a aposentadoria de Ana para fins de registro, uma vez que decorreu o prazo de cinco anos desde a concessão da aposentadoria na via administrativa.
- c) Jorge não poderia ser beneficiado pela estabilidade, uma vez que a Constituição Federal exige, necessariamente, aprovação em concurso público para este fim.
- d) A decisão da Administração, no caso de Jorge, foi inadequada, uma vez que, após a confirmação de sua estabilidade, ele terá direito ao reenquadramento em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, em respeito aos princípios da isonomia e da boa-fé.
- e) O Tribunal de Contas da União ainda poderia apreciar o ato para fins de registro, mas deveria conceder contraditório e ampla defesa à Ana.

31. Ana estava em dúvida sobre os seus direitos sobre a concessão de revisão geral anual e, para isso, solicitou informações de advogado especializado sobre o tema, uma vez que pretendia ingressar com ação judicial

pleiteando a concessão da revisão, que não lhe fora concedida nos últimos anos.

Nesse caso, ela foi corretamente informada de que:

- a) o Poder Judiciário não pode conceder a revisão geral anual, por não gozar de função legislativa, mas poderá atribuir indenização ao servidor público, caso não seja encaminhado projeto de lei para a concessão da revisão anual dos seus vencimentos.
- b) é vedado ao Poder Judiciário, por não ter função legislativa, conceder aumento de vencimentos de servidores públicos, salvo quando houver ofensa ao princípio da isonomia.
- c) a revisão geral anual tem por escopo a mera recomposição do poder aquisitivo das remunerações e subsídios de todos os servidores públicos e agentes políticos de determinado ente federativo, enquanto o reajuste de remunerações e subsídios por lei específica tem por objeto a readequação da retribuição pecuniária devida pelo exercício de determinado cargo, ajustando-a à realidade das suas responsabilidades, atribuições e mercado de trabalho.
- d) em que pese o Poder Judiciário não goze de função legislativa para fixar os vencimentos ou para conceder a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos, compete-lhe ajustar o auxílio-alimentação, visto que se trata de verba indenizatória, que não se incorpora à remuneração.
- e) o Poder Judiciário não pode conceder a revisão geral anual para servidores públicos, uma vez que a matéria se submete ao princípio da reserva legal, devendo o projeto de lei ser proposto pelo Chefe do Poder Executivo, mas é possível que o órgão jurisdicional fixe prazo para que o Poder Executivo apresente projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

32. A empresa privada Malbaratamento S.A. estava interessada em prestar serviço estatal de policiamento de trânsito. Contudo, após participar de audiência pública com a prefeitura do município Alfa, titular dessa atividade, a empresa foi informada de que o serviço seria prestado por sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do referido ente.

Ademais, na audiência pública, foi informado que a sociedade de economia mista prestaria diversas

atividades, incluindo a autuação e aplicação de multas de trânsito.

Irresignada com a situação, a empresa Malbaratamento S.A. solicitou pronunciamento de sua assessoria jurídica, sendo corretamente informada de que:

- a) a sociedade de economia mista poderia realizar a prestação do poder de polícia de trânsito, desde que a delegação da atividade fosse realizada por contrato administrativo, após licitação pública, realizada em processo transparente e competitivo.
- b) a sociedade de economia mista não poderia prestar o serviço, uma vez que o poder de polícia é indelegável para entidades administrativas de direito privado.c) tanto a sociedade de economia mista como a empresa privada poderiam prestar o serviço, já que o STF passou a entender que o poder de polícia é delegável, por lei ou contrato, a entidades administrativas e a particulares.
- d) somente as atividades de anuência estatal e de fiscalização poderiam ser delegadas, não se admitindo a delegação, para entidades administrativas de direito privado, da competência para aplicação de multas, pois se trata de atividade sancionatória, típica de Estado.
- e) o poder de polícia de trânsito é delegável para entidades administrativas de direito privado, uma vez que se trata de serviço público próprio do Estado, prestado em regime não concorrencial, mas essa delegação deverá ocorrer por lei.

33. Maria é jornalista e estava realizando a cobertura de ação policial, realizada com o propósito de proteger o patrimônio público e privado ameaçado por um grupo de manifestantes. Durante o evento, Maria foi atingida por disparo de “bala de borracha”, sofrendo lesões físicas. Nesse caso, considerando a jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade civil será objetiva do Estado, em relação a profissional da imprensa ferida por agentes policiais durante cobertura jornalística, não se admitindo excludente de responsabilidade civil, em razão do dever específico de cuidado.
- b) mesmo que o disparo decorra de arma de policial, cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que a profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

- c) Maria somente poderá obter a indenização se comprovar que houve ação negligente de agente policial.
- d) não há responsabilidade civil do Estado, uma vez que Maria deverá obter a reparação perante a empresa com a qual possui o vínculo trabalhista ou de prestação de serviço.
- e) o fato de Maria permanecer realizando cobertura jornalística no local da manifestação popular no momento em que ocorre um tumulto constitui excludente de responsabilidade civil.

34. Joana é diretora de uma entidade administrativa, mas estava preocupada com o alcance dos resultados exigidos pela sociedade. Após intensas pesquisas, ela percebeu que o ordenamento jurídico nacional gozava de instrumentos para flexibilizar os controles burocráticos, em troca de resultados mais eficientes. Um dos modelos que chamou a sua atenção foi o de contratualização de resultados, em especial pela utilização das denominadas agências executivas.

Nesse contexto, na organização administrativa brasileira, é correto afirmar que as agências executivas) são necessariamente autarquias sob regime especial, não se caracterizando como uma nova espécie de entidade da administração indireta.

- b) podem ser autarquias ou fundações que se qualifiquem através da assinatura de um contrato de gestão, desde que atendam aos requisitos previstos na legislação, como o de ter um plano estratégico em andamento.
- c) para uma autarquia se tornar agência executiva não é necessária uma qualificação formal, pois seu grau de autonomia depende exclusivamente da lei instituidora.
- d) atuam em áreas específicas de regulação e execução de assuntos de interesse público.
- e) não podem ser qualificadas, ao mesmo tempo, como agências reguladoras, por expressa vedação legal.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

35. Quanto à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) a lei em vigor terá efeito mediato e geral.

- b) reputa-se coisa julgada aquela já consumada segundo a jurisprudência vigente ao tempo em que se decidiu.
- c) não se consideram adquiridos os direitos cujo começo do exercício esteja sujeito a condição.
- d) chama-se ato jurídico perfeito aquele contra o qual já não caiba recurso.
- e) a lei vigente permite retroação, desde que se respeite o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

36. Maria, com 16 anos de idade, foi acometida por doença mental que a tornou permanentemente incapaz de exprimir sua vontade. Diante dessa situação, Maria será considerada:

- a) absolutamente incapaz, até que sobrevenha a idade de 18 anos.
- b) absolutamente incapaz, mesmo após completar 18 anos.
- c) absolutamente incapaz, fosse a doença mental transitória ou permanente.
- d) relativamente incapaz, mesmo após completar 18 anos.
- e) relativamente incapaz, até que sobrevenha a idade de 18 anos.

37. Sobre as diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- b) Os bens naturalmente divisíveis só podem tornar-se indivisíveis por determinação legal.
- c) São bens imóveis o solo, o subsolo e o espaço aéreo e apenas o que se lhe incorporar artificialmente.
- d) Consideram-se bens móveis as energias que tenham valor econômico e o direito à sucessão aberta.
- e) Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

38. João resolveu vender sua própria casa, a fim de arcar com tratamento médico de sua esposa. Diante da necessidade e da urgência em levantar a quantia, João ofereceu sua residência pelo montante de 100 mil reais,

embora o valor real de mercado fosse de 300 mil reais. José soube do anúncio e ofereceu 90 mil reais pela casa. João aceitou o valor oferecido, formalizando o negócio jurídico de venda. A situação narrada configura hipótese de:

- a) dolo, sendo o negócio jurídico anulável.
 - b) dolo, sendo o negócio jurídico nulo.
 - c) estado de perigo, sendo o negócio jurídico anulável.
 - d) lesão, sendo o negócio jurídico anulável.
 - e) erro, sendo o negócio jurídico anulável.
- 39.** Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:
- a) quando pender condição suspensiva;
 - b) quando não estiver vencido o prazo;
 - c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
 - d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
 - e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;
- 40.** Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta:
- a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
 - b) Os pais são responsáveis objetivamente pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
 - c) A responsabilidade civil depende diretamente da constatação de responsabilidade criminal do agente.
 - d) O dono de animal de estimação responde pelo dano que este causar a terceiro, salvo quando restar comprovada culpa da vítima.
 - e) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

41. Títulos estrangeiros:

- a) não têm eficácia executiva no Brasil.
- b) só têm eficácia executiva no Brasil caso homologados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) só têm eficácia executiva no Brasil caso homologados pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) têm eficácia executiva no Brasil quando cumpridos os requisitos de formação exigidos pela lei brasileira e quando o Brasil for indicado como lugar de cumprimento da obrigação.
- e) têm eficácia executiva no Brasil quando cumpridos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de celebração e quando o Brasil for indicado como lugar de cumprimento da obrigação.

42. Numa audiência de instrução e julgamento, o juiz determinou a oitiva, em primeiro lugar, das testemunhas, e depois a oitiva do depoimento pessoal do autor e do réu. Depois se seguiram os debates orais, sendo que o juiz concedeu aos advogados do autor e do réu o prazo de 40 minutos para fazer sua sustentação oral. Ao representante do Ministério Público, que atua como fiscal da ordem jurídica, foi concedido o prazo de 30 minutos.

Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz seguiu a ordem de oitiva prevista no CPC/2015 ao determinar que primeiro fossem ouvidas as testemunhas.
- b) o juiz não poderia ter determinado a oitiva das testemunhas antes do depoimento pessoal, pois a ordem estabelecida no CPC/2015, em que ocorre primeiro o depoimento pessoal, é obrigatória.
- c) o prazo concedido aos advogados do autor e do réu observa, estritamente, o CPC/2015.
- d) foi inadequada a concessão aos advogados do autor e do réu do prazo de 40 minutos, pois o prazo máximo previsto no CPC/2015 é de 30 minutos, considerada eventual prorrogação.
- e) foi inadequada a concessão ao representante do Ministério Público do prazo de 30 minutos, pois, de acordo com o CPC/2015, esse prazo deve ser de, ao menos, 40 minutos.

43. Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de:

- a) quem estiver participando de ato de culto religioso.
- b) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o terceiro grau, no dia do falecimento e nos 3 (três) dias seguintes.
- c) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o terceiro grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes.
- d) de noivos, nos 7 (sete) primeiros dias seguintes ao casamento.
- e) de doente.

44. O juiz de um processo proferiu, em audiência de instrução e julgamento à qual compareceram as partes, a sentença. A audiência ocorreu no dia 13 de maio de 2022, uma sexta-feira.

A parte sucumbente pretende recorrer. Desconsiderando eventual feriado e supondo que não há prazo em dobro, assinale a alternativa correta:

- a) o recurso cabível é o de agravo de instrumento, e o prazo fatal para interposição é o dia 3 de junho de 2022, uma sexta-feira.
- b) o recurso cabível é o de apelação, e o prazo fatal para interposição é o dia 3 de junho de 2022, uma sexta-feira.
- c) o recurso cabível é o de agravo de instrumento, que deve ser interposto no prazo de 15 dias corridos, sendo que o prazo é contado a partir do dia 16 de maio de 2022.
- d) o recurso cabível é o de apelação, que deve ser interposta no prazo de 15 dias corridos, sendo que o prazo é contado a partir do dia 16 de maio de 2022.
- e) o recurso cabível é o de apelação, que deve ser interposta no prazo de 15 dias úteis, sendo que o prazo é contado a partir do dia 13 de maio de 2022.

45. Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de:

- a) quem estiver participando de ato de culto religioso.
- b) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na

linha colateral até o terceiro grau, no dia do falecimento e nos 3 (três) dias seguintes.

- c) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o terceiro grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes.
- d) de noivos, nos 7 (sete) primeiros dias seguintes ao casamento.
- e) de doente.

46. O autor de uma ação requereu a concessão de tutela provisória de urgência.

O juiz indeferiu o pedido de tutela provisória, entendendo que não havia sido comprovado qualquer perigo ao autor.

O autor recorreu dessa decisão por meio de agravo de instrumento. No agravo de instrumento, o autor formulou novo pedido de tutela de urgência, requerendo que desde já fosse reformada a decisão de indeferimento.

O relator do processo no Tribunal indeferiu o novo pedido de tutela de urgência, em decisão monocrática.

Inconformado, o autor pretende propor novo recurso para ver deferida a tutela de urgência. É correto afirmar que:

- a) é cabível a interposição de novo agravo de instrumento.
- b) a decisão do relator é irrecorrível.
- c) não cabe novo recurso, mas é possível a formulação de pedido de retratação.
- d) não cabe novo recurso, mas é possível a formulação de pedido de intervenção pelo Presidente do Tribunal.
- e) é cabível a interposição de agravo interno.

47. Na execução, o juiz pode determinar às instituições financeiras que tornem indisponíveis ativos financeiros em nome do executado, sem prévia ciência deste, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução.

Após a efetivação da indisponibilidade, as instituições financeiras devem apresentar resposta ao juiz, indicando o salvo afetado pela medida.

Se a indisponibilidade for excessiva, o juiz deverá determinar o cancelamento do excesso no prazo de:

- a) 24 horas.
- b) 48 horas.
- c) 72 horas.
- d) 5 dias.
- e) 10 dias.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

48. Cristiano, brasileiro, foi condenado nos EUA por ter lá falsificado um passaporte brasileiro, tendo cumprido integralmente a pena de 03 anos de reclusão imposta naquele país. Após cumprir integralmente a pena imposta, Cristiano decidiu se mudar para a Espanha, não retornando ao Brasil.

Nesse caso, é correto afirmar que Cristiano:

- a) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, por se tratar de extraterritorialidade hipercondicionada.
- b) somente poderá ser julgado no Brasil caso retorne ao país.
- c) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, mas a pena cumprida no exterior deverá ser abatida na pena a ser cumprida no Brasil.
- d) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada pelo princípio da representação.
- e) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, eis que já condenado no estrangeiro pelo mesmo fato, na medida em que se trata de hipótese de extraterritorialidade condicionada.

49. Adalberto, Oficial de Justiça do TJDFT, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão de seu cargo público. Ao contar o fato para sua esposa, Adalberto é por esta convencido a devolver integralmente a quantia. Dois dias após o fato, arrependido e convencido pelas palavras de sua amada esposa, o agente devolve integralmente os valores, antes mesmo que tivesse sido instaurado inquérito policial.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) em razão do arrependimento posterior, Adalberto fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- b) em razão da desistência voluntária, Adalberto terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- c) em razão do arrependimento eficaz, haverá causa de extinção da punibilidade em favor de Adalberto.
- d) em razão do arrependimento eficaz, Adalberto fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- e) houve crime de peculato-apropriação consumado, sem redução de pena, dada a ausência de voluntariedade na restituição.

50. A culpabilidade pode ser conceituada como o Juízo de reprovação que recai sobre o autor de um fato típico e ilícito. Assinale a alternativa que não apresenta uma causa de exclusão da culpabilidade:

- a) erro de proibição vencível
- b) embriaguez acidental completa
- c) inimputabilidade por doença mental
- d) obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico
- e) coação moral irresistível

51. Thamires, extremamente desesperada para dar o que comer aos filhos, entra em um supermercado de grande porte e subtrai um litro de leite e dois pacotes de biscoito. Thamires, porém, é presa em flagrante minutos depois, tendo sido recuperados os bens subtraídos, cujo valor total não ultrapassa R\$ 30,00.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) ficará afastada a ilicitude da conduta, ante o estado de necessidade.
- b) não haverá crime, por ausência de culpabilidade, dada a inexigibilidade de conduta diversa.
- c) a situação de extrema pobreza será considerada como atenuante.
- d) não haverá crime, pela atipicidade material do fato.
- e) não haverá crime, pela ausência de tipicidade formal.

52. Desejando matar Beatriz, Jeremias desfez cinco tiros contra a vítima, que caiu no chão. Acreditando que Beatriz já estava morta, Jeremias tenta esconder o corpo. Para tanto, dirige-se a uma ponte da cidade e joga o que acredita ser o corpo morto de Beatriz no rio. Uma semana depois, encontrado o corpo, a perícia aponta que Beatriz morreu por afogamento, pois ainda estava viva quando foi jogada da ponte por Jeremias.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Jeremias responder por homicídio tentado e homicídio culposo
- b) dolo eventual, devendo Jeremias responder por homicídio tentado e homicídio culposo
- c) dolo direto de segundo grau, devendo Jeremias responder por homicídio tentado e homicídio culposo
- d) dolo direto de segundo grau, devendo Jeremias responder por homicídio doloso consumado
- e) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Jeremias responder por homicídio doloso consumado

53. Kerberos, valendo-se de uma arma de fogo, subtraiu para si o celular pertencente a Picolina, quando esta caminhava pelo centro da cidade. Kerberos empreendeu fuga, tendo sido preso em flagrante 40 minutos depois, após perseguição realizada pela polícia, tendo sido recuperados os bens de Picolina, mas não foi encontrada a arma usada no crime. Em suas declarações em sede policial, Picolina afirmou ter sentido muito medo em razão da arma de fogo apontada para sua cabeça. As testemunhas arroladas confirmaram o emprego de arma de fogo. Kerberos confessou a prática do crime, mas disse que a arma utilizada era, na verdade, um simulacro de arma de fogo. Porém, disse não ter como apresentá-la, pois a havia jogado num rio em outra cidade.

As provas produzidas na investigação foram refeitas em Juízo, sem o acréscimo de novas provas, tendo sido o processo concluso para sentença.

Nesse caso, é correto afirmar que Kerberos deverá ser condenado pelo crime de:

- a) roubo simples tentado
- b) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, consumado
- c) roubo simples consumado

- d) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, tentado
- e) roubo qualificado, consumado

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

54. No que tange medidas assecuratórias, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.
- b) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se já tiverem sido transferidos a terceiro.
- c) O sequestro será autuado em apartado e não admitirá embargos de terceiro.
- d) Os bens deverão ser vendidos pelo valor fixado na avaliação judicial ou por valor maior. Não alcançado o valor estipulado pela administração judicial, será realizado novo leilão, em até 10 dias contados da realização do primeiro, podendo os bens ser alienados por valor não inferior a 75% do estipulado na avaliação judicial.
- e) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

55. Acerca do instituto da fiança, é correto afirmar que:

- a) O dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento das custas, independente do réu for condenado.
- b) A fiança, que será sempre definitiva, consistirá apenas em depósito de dinheiro.
- c) A fiança que se reconheça não ser cabível na espécie será quebrada em qualquer fase do processo.
- d) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.

e) A fiança será cassada quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

56. São características do inquérito policial, EXCETO:

- a) Escrito.
- b) Indispensável.
- c) Oficioso.
- d) Inquisitivo
- e) Indisponível.

57. São princípios norteadores da ação penal privada:

- a) Disponibilidade, oportunidade, intranscendência, indivisibilidade.
- b) Oficialidade, indisponibilidade, obrigatoriedade, intranscendência.
- c) Oportunidade, disponibilidade, intranscendência, indivisibilidade.
- d) Indisponibilidade, oficialidade, divisibilidade, intranscendência.
- e) Oportunidade, disponibilidade, divisibilidade, intranscendência.

58. De acordo com as disposições previstas no Código de Processo Penal, o juiz estará impedido de atuar no processo em que:

- a) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- b) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- c) se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- d) se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- e) se tiver aconselhado qualquer das partes.

59. Em relação ao processo comum, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- c) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.
- d) Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
- e) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 testemunhas arroladas pela acusação e 8 pela defesa, se compreendendo nesse número as que não prestem compromisso e as referidas.

60. Acerca do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, considere os próximos itens.

- I – O procedimento será concluído no prazo máximo de 60 dias.
- II – À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 2 cada parte, sem motivar a recusa.
- III – O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I.
- c) III.
- d) I e II.
- e) Nenhuma das alternativas.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Oficial-de-Justiça-21-05>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>